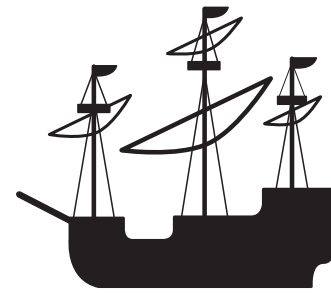




BREVÍSSIMA HISTÓRIA
DE PORTUGAL

BREVÍSSIMA HISTÓRIA DE PORTUGAL



A.H. de Oliveira Marques

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXVIII

ÍNDICE

© 2018, João José Alves Dias
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Brevíssima História de Portugal*
Autor: A.H. de Oliveira Marques
(actualização de João José Alves Dias)
Revisão: Tinta-da-china
Composição : Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Fevereiro de 2018

ISBN: 978-989-671-418-5
DEPÓSITO LEGAL n.º 436897/18

Introdução: As origens	9
A formação de Portugal	21
A era feudal	35
Primórdios da expansão	47
O estado do Renascimento	59
Surto do império	73
Apogeu e declínio	87
O império tridimensional	103
Absolutismo e despotismo esclarecido	119
Brasil	135
A monarquia constitucional	147
África	169
A Primeira República	183
O Estado Novo	199
O ultramar no século xx	219
A Segunda República	231
<i>Síntese de João José Alves Dias</i>	
Chefes de Estado	235
Bibliografia	241
Nota biográfica	247

INTRODUÇÃO: AS ORIGENS

O homem chegou à Península Ibérica bem cedo na História. Encontraram-se em abundância culturas, permitindo recuar a sua estadia na Península a cerca de um milhão de anos. A parte de ocidente, de onde é Portugal, abunda em estações arqueológicas de todas as épocas. Por volta de 2000 a.C., surgiram as primeiras culturas do Bronze, testemunhando o predomínio de um mesmo tipo humano, dolicocefalo de média estatura, provavelmente moreno, misturado com alguns mesaticéfalos. O chamado período do Ferro viu a chegada dos primeiros povos Indo-europeus. Depois, sucederam-se os celtas e os iberos, assim como povos marítimos altamente civilizados, os fenícios (antes de 1000 a.C.) e os gregos. Há pouco a dizer sobre a sua contribuição para a composição rácica dos futuros portugueses. Uns e outros eram semelhantes antropológicamente. Uns e outros acentuavam o tipo de homem mediterrâneo. O mesmo aconteceu com invasores chegados mais tarde que, em parte ou no todo, conquistaram a Península Ibérica: os cartagineses, os romanos e os muçulmanos. E porque todos eles se mostravam semelhantes nos seus traços étnicos de base — não porque fossem poucos ou se não fundissem com os indígenas —, é que os portugueses de hoje se podem neles espelhar.

Tanto a colonização fenícia como a grega pouco tocaram na parte norte do que é hoje Portugal. No sul, contudo, exerceram influência. Limitaram-se, no entanto, à faixa litoral.

Quando os romanos conquistaram a Península Ibérica (século II a.C. até séc. I d.C.), encontraram no ocidente vários povos indígenas que classificaram e rotularam. De todos eles, os mais relevantes eram os *Gallaeci* e os *Lusitani*, únicos que se mantiveram na geografia e na administração.

As línguas indígenas, no entanto, pouca ou nenhuma importância tiveram no nascimento e na evolução do português. Eram os indígenas que aprendiam o latim, e não os romanos que aprendiam os idiomas locais. Na *Callaecia* ou *Gallaecia* (isto é, a Galiza), estacionaram duas legiões, aí permanecendo por algum tempo. É de presumir que as formas dialectais do latim falado pelos legionários tenham determinado ou influenciado o surto do que veio a chamar-se o idioma *galaico-português*. Contudo, o português medieval primitivo não deve confundir-se somente com o *galaico-português*. Igualmente importantes eram o dialecto, ou dialectos, falados na *Lusitania*. Aí havia núcleos de colonos itálicos povoando os centros nascentes do Sul. A sua influência foi provavelmente marcante no surto de um «português» meridional.

Nem os suevos nem os visigodos afectaram em profundidade os idiomas hispânicos. Foi só com os árabes, chegados nos começos do século VIII, que surgiu o segundo e último componente significativo da língua. Umhas 600 palavras, sobretudo substantivos, passaram do árabe para o português. A conquista muçulmana, todavia, só foi duradoura no centro e no Meio-Dia de «Portugal», isto é, na região onde nunca se falara *galaico-português*. O *lusitano*, a que poderíamos agora chamar *moçárabe*, ou a língua dos moçárabes, evoluiu separadamente. Sabemos pouco das suas características. Mas não há dúvida de que possuía individualidade própria.

Pelos séculos XI e XII, quando os exércitos cristãos cruzaram definitivamente o Mondego e, a seguir, o Tejo, o *galaico-português* e o «lusitano-moçárabe» entraram em contacto directo e permanente. Deste encontro nasceu o «português».

A fronteira nacional, tal como existe desde o século XIII, não é um simples produto dos acasos da guerra de Reconquista sobre os muçulmanos nem o resultado fortuito de aventuras militares contra os vizinhos cristãos. As suas origens e características permanentes têm de procurar-se no passado remoto e explicar-se principalmente pelos sistemas administrativos romano e muçulmano, acrescidos ainda do quadro eclesiástico cristão.

No século I a. C., as reformas administrativas de Augusto dividiram o ocidente da Península em duas províncias, *Lusitania* e *Baetica*, aproximadamente separadas pelo rio Guadiana. Da *Lusitania*, com capital em *Emerita*, veio a ser depois desmembrada a região a norte do Douro (*Gallaecia*) e anexada à província *Tarraconensis*.

Para fins judiciais, cada província dividia-se ainda em unidades mais pequenas, chamadas *conventus*. A *Lusitania* englobava três deles, denominados *Pacensis* (de Pax), *Scallabitanus* (de Scallabis) e *Emeritensis* (de Emerita). Os primeiros dois estavam separados um do outro pelo Tejo. Uma fronteira artificial, provavelmente baseada em divisórias tradicionais de tribo, extremava o terceiro *conventus*. Também artificial, mas da mesma forma baseada em separação de povos indígenas, se mostrava a fronteira entre o nordeste da *Lusitania* e a *Tarraconensis*. Esta última província estava dividida num grande número de *conventus*. No noroeste havia o *Bracarensis* (de Bracara), o *Lucensis* (de Lucus) e o *Asturicensis* (de Asturica).

De todos estes pormenores, realcem-se dois aspectos: a divisão entre sul e norte de «Portugal» pela linha do Douro, e uma

grande aproximação entre a área dos três *conventus* contíguos (o *Bracarensis*, o *Scallabitanus* e o *Pacensis*) e o território do presente Portugal.

Em cada província existiam núcleos urbanos, os *municipia*, as *coloniae*, as *praefecturae* e as *civitates* bem como áreas rurais conhecidas por *gentes* ou *pagi*. À medida que o tempo ia passando, foram-se desvanecendo as distinções entre os respectivos estatutos políticos e administrativos, prevalecendo as *civitates* sobre todas as outras como nome geral.

Algumas cidades emergiram como centros de relevância maior, quer política quer económica. Foi nelas que mais se desenvolveu o cristianismo, religião essencialmente urbana. Pelos finais do período romano, na maioria eram residência de bispos e capitais de distritos religiosos conhecidos como *dioceses*. Em regra, dentro de cada província, um dos bispos — o que vivia na capital — gozava de certa preeminência sobre os outros. Era o chamado metropolitano e correspondia à autoridade civil da província. O metropolitano da *Lusitania* vivia em Emerita, o da *Gallaecia* em Bracara.

Os suevos e os visigodos não trouxeram consigo grandes alterações. A *civitas* e o seu circunvizinho *territorium* foram suprimindo, aos poucos, para fins administrativos e políticos, tanto o *conventus* como a província. Isto queria dizer que a unidade política primária e os problemas locais iam tendo cada vez mais importância. Para fins práticos, a província (por vezes chamada ducado, porque o seu chefe era agora um duque, *dux*) deixou de ter significado real. O enfraquecimento da autoridade provincial deu realidade única ao *conventus*, não porque desempenhasse qualquer papel de relevo na justiça ou na administração, mas porque a organização episcopal, sobrepondo-se a ele, o garantia e fixava.

O *conventus*, todavia, iria desaparecer também. À medida que o cristianismo se expandia, novos bispados se iam fun-

dando dentro de uma mesma área conventual. E estes, por sua vez, tornavam-se as unidades administrativas básicas acima das cidades e dos territórios. Se, quanto a fronteiras, o *conventus* pôde sobreviver, isso deveu-se apenas a que as dioceses eclesásticas estavam enquadradas por ele e acabavam nos seus limites. Porém, dentro de cada *conventus*, novas fracções se tornavam doravante possíveis, seguindo a fronteira de cada bispado. Foi o que aconteceu com as dioceses de Tude e Auriense, que compreendiam a área entre o Lima e a fronteira norte do *conventus* *Bracarensis*. Parte de Tude veio mais tarde a tornar-se «portuguesa». A diocese de Egítania, um pouco para oriente do *conventus* *Scallabitanus*, e ao que parece pertencente ao *Emeritensis*, foi posteriormente acrescentada ao novo país.

A conquista árabe respeitou e manteve por toda a parte as unidades administrativas existentes. Só as denominações é que mudaram. Estabeleceram-se emiratos, cada qual correspondendo a uma província ou grupo de províncias. Abaixo dos emiratos havia as *kuwar* (singular de *kura*), ou distritos, coincidindo com os antigos *conventus* ou com as dioceses religiosas. Dentro de cada *kura* existiam unidades menores, as *quran* (singular *qarya*), ou comunidades locais. Razões de ordem militar levaram ao surto de outros distritos ou marcas, perto da fronteira, englobando várias *kuwar*; e onde os poderes civil e militar se achavam unificados sob um comando único e forte.

Assim, quando a «Reconquista» começou e a ordem cristã foi gradualmente submergindo todo o ocidente da Península Ibérica, nada de essencial mudara nas fronteiras e nas tradições administrativas que, em alguns casos, tinham quase um milénio de existência. Não admira que tal quadro permanecesse sempre no espírito de reis, senhores, bispos e comunidades.

Os romanos, ao centralizarem a administração e civilizarem e pacificarem as tribos indígenas, construíram uma vasta

rede de estradas, ligando para sempre regiões que até então se tinham mantido em maior ou menor isolamento. Tornaram-se assim possíveis comunicações fáceis entre as províncias e entre os *conventus*. De todo este complexo sistema de comunicações, salientam-se dois factos: primeiro, a existência de duas áreas desenvolvidas, uma a norte do Douro, outra a sul da bacia do Tejo (incluindo portanto a margem norte do rio); segundo, a ligação por estrada entre o Sul e o Norte, que pôs essas duas áreas em contacto relativamente fácil.

A rede vial romana expandiu-se com probabilidade depois do século iv. Todas as cidades com significado político e económico em tempos visigodos e muçulmanos localizavam-se ao longo das estradas romanas: as capitais de província, as sedes de *conventus*, *kura* e unidades judiciais, as cidades episcopais e até núcleos urbanos e centros rurais menores. Durante o período islâmico, a rede vial conservou-se ou melhorou ligeiramente, sobretudo no Sul, onde se construíram algumas novas estradas.



Antes da formação de Portugal como Estado separado no ocidente da Península, diversas outras unidades políticas surgiram e subsistiram por algum tempo em parte do seu futuro território. Muito se tem escrito sobre a influência que esses Estados teriam exercido no nascimento de Portugal e na sua permanência como Nação. Em passado tão remoto, parece difícil descobrir mais do que raízes, e estas mesmas bastante ténues.

Entre os povos que invadiram a Espanha nos começos do século v, os suevos desempenharam um dos principais papéis. Chegando por terra ou por mar, já em 411 haviam atingido o distante Noroeste, estabelecendo-se na Gallaecia como *foede-*

rati e, a pouco e pouco, emergindo num forte reino. Por volta de 419, depois de se terem visto livres dos Alanos e dos Vândalos, os suevos ficaram sós em campo e dividiram a *Gallaecia* com os indígenas. O seu número era escasso, e diminuto foi o cunho que imprimiram na região. Pelos meados do século v, exerciam soberania sobre a *Gallaecia*, *Lusitania*, *Baetica* e parte da *Cartaginensis*. Mais tarde, o seu poderio declinou e a monarquia sueva, quer como tributária dos visigodos quer como autonomia plena, conseguiu manter uma linha fronteiriça que incluía a *Gallaecia* e os dois bispados lusitanos de Veseo e Conimbriga, mais tarde transformados em quatro. Os suevos eram originalmente pagãos. Depois de hesitarem entre catolicismo e arianismo, converteram-se ao primeiro, o que levou a uma reacção violenta por parte dos arianos visigodos. Cerca de 576 começou a campanha contra os suevos. O seu reino ficou incorporado no Estado godo (585).

De real interesse para o futuro Portugal só há que sublinhar a organização eclesiástica dos suevos. No século vi, dois centros metropolitanos coincidiam com as duas principais cidades dos suevos, Bracara e Lucus, cada qual com seu número de bispados dependentes. Bracara dirigia as dioceses de Dumio, Portucale, Lamecum, Veseo, Conimbriga e Egitania. A linha divisória com Lucus passava no rio Lima. O facto interessante neste agrupamento está em que as dioceses de Lamecum, Veseo, Conimbriga e Egitania, outrora incluídas na província metropolitana de Emérita (*Lusitania*), se atribuíam agora a Bracara (*Gallaecia*) por causa da nova unidade política. Esta atribuição iria persistir até 660 e seria invocada ainda, muito mais tarde, já no período da «Reconquista», pelos bispos de Braga, com o apoio dos soberanos de Portugal, para reclamar a herança eclesiástica dos suevos e, assim, unificar todo o território compreendido entre o Lima e a bacia do Tejo.

Os muçulmanos desembarcaram na Espanha, com objectivos de conquista, em 711. Dois anos mais tarde, praticamente toda a Península se achava subjugada. Mas a «Reconquista» cristã não tardou, saltando de um pedacinho de território nas Astúrias para uma vasta região limitada a sul pela bacia do Douro. As vitórias do monarca asturiano Afonso I abrangeram toda a *Gallaecia* (Galiza) e alcançaram a *Lusitania* até Veseo (Viseu). Durante mais de um século, a maior parte da Galiza converteu-se, se não num campo de batalha, pelo menos numa zona de fronteira pouco segura, assaz desorganizada, com cidades meio desertas e meio queimadas, empobrecida e escassamente povoada, com todos os seus bispos (isto é, a maior parte das suas autoridades) em fuga para junto do rei, onde gravitariam por longo tempo. O sul da Galiza, entre os rios Minho e Douro, sofreu muito particularmente com uma tal situação.

Foi a partir de meados do século IX que as condições melhoraram e se julgaram favoráveis bastante para uma reorganização e um repovoamento generalizados. Contudo, os muçulmanos voltaram, e com eles novas destruições e nova desorganização. Precisaram os cristãos de setenta anos mais para tornarem ao Mondego. Dume (a antiga Dumio) nunca foi restaurada, sendo absorvida por Braga. A Idanha transferiu-se para a Guarda, para onde só em 1199 seria nomeado novo bispo.

Dentro do reino das Astúrias (ou de Leão, como passou a ser conhecido) as grandes unidades para fins administrativos eram as chamadas *terrae*, às vezes também *provinciae*, cujo governo se confiava a um conde (*comes*), igualmente chamado duque (*dux*). Continuava-se, portanto, e reforçava-se a antiga tradição romana e germânica. Havia outros condes (*comites*) que administravam unidades mais pequenas, também chamadas *terrae* ou *territoria*.

De tempos em tempos, testamentos régios e discórdias internas tornavam a Galiza «independente». De 926 a 930, a Galiza

foi ainda desmembrada em duas partes, dando-se o sul a Ramiro Ordóñez, que foi assim «rei de Portugal» antes de herdar a totalidade dos domínios de seu pai. Mas estes curtos períodos de separação nada significavam.

Eram coisa normal na maioria dos Estados feudais e geralmente não implicavam quaisquer fins permanentes de autonomia. Nem sequer resultavam de esforços locais visando a independência.

Em finais do século IX, o território para sul do Lima e para norte do Douro, achando-se já suficientemente reorganizado e julgando-se importante de mais para se manter unificado com o resto da Galiza, foi separado dela e entregue a um governador (*dux*) próprio. A nova unidade política tinha por sede Portucale (Porto). E o seu nome tornou-se gradualmente Portucale também, aparecendo esta palavra pela primeira vez, com sentido lato, em 938. O território de Portucale — Portugal no dialecto que realmente se falava — estava além disso dividido em pequenos condados, da mesma forma denominados *terrae* ou *territoria*. A linha dos *duces* conhecidos iniciou-se com Gonçalo Mendes. Depois dele, uma dinastia de cinco a seis governadores manteve Portugal unido como um verdadeiro feudo dentro da mesma família até meados do século XI.

A sul do Douro, os territórios conquistados formavam outra província chamada Coimbra, logicamente continuando a velha tradição administrativa. Parece, contudo, que no território de Coimbra jamais se processou a transmissão hereditária do governo, embora a mesma família o tivesse conservado por bastante tempo.

Assim, durante quase duzentos anos, todo ou grande parte do norte de Portugal manteve-se unido sob uma mesma família, com um governo central rudimentar, uma corte e problemas comuns consequentes. Um primeiro princípio de coesão

fora alcançado. Em tempos feudais, tal facto tinha muito mais significado do que todas as tradições da administração romana ou visigoda. Traduzia um princípio de autonomia, a primeira afirmação contínua de individualidade política frente ao reino de Leão.

•

No século XI, o califado de Córdoba desmoronou-se. Em seu lugar surgiram por toda a Espanha muçulmana pequenos reinos chamados de *taifas*. Entre 1012 e 1094, seis desses reinos nasceram e morreram no al-Garb al-Andalus: foram os de Walba (Huelva), Martula (Mértola), Santa Mariya (Faro), Baja (Beja), Silb (Silves) e Batalyaws (Badajoz).

O reino de Batalyaws era o maior de todos, compreendendo o grosso da antiga *Lusitania*, com capital em Batalyaws, cidade militar que, aos poucos, foi substituindo Marida (Mérida). Durou de 1022 a 1094, tendo sido um dos últimos a cair. Teve origem na marca inferior de al-Andalus, sucessora da Lusitania. Mas uma luta contínua com a *taifa* de Isbiliya (Sevilha) enfraqueceu Batalyaws, favorecendo o avanço cristão. Todo o norte do reino sucumbiu ante os exércitos de Fernando I de Leão e Castela. Tão perigoso se afigurava o avanço cristão que foi pedido auxílio aos almorávidas. Ora os almorávidas haviam erguido imponente império no Norte de África. Sentiu-se a ameaça que representavam para a independência dos pequenos reinos de *taifa*. Mas os muçulmanos espanhóis não tinham outra escolha. Os almorávidas desembarcaram na Península, repeliram de facto os cristãos, mas resolveram ficar e reunificá-la sob o seu jugo. Invertendo alianças, o rei de Batalyaws pediu ajuda aos cristãos, abrindo-lhes as portas de Santarin (Santarém) e al-Usbuna (Lisboa) (1093). Em vão. O poder almorávida tornara-

-se forte de mais para que se lhe resistisse. Todo o al-Garb lhes caiu nas mãos (1094-1095). Pouco depois, as duas referidas cidades eram recuperadas e a fronteira muçulmana atingia novamente a bacia do Mondego.

Os reinos de *taifa* não duraram o bastante para criar no sudoeste da Península Ibérica um conjunto político unificado. Para mais, os seus laços com o resto da Espanha muçulmana mantiveram-se sem quebra, dentro dum sistema fácil de comunicações e de relações económicas desenvolvidas. Acentuaram-se, apesar de tudo, os localismos durante a sua existência. E se tais localismos nunca tiveram força bastante para cristalizar em independência, ajudaram certamente a sacudir um jugo doravante havido por insuportável. Cónscias dos seus pequenos interesses e oprimidas por um sistema militar cada dia mais pesado e mais rude, as parcelas locais do al-Garb tornaram-se as melhores aliadas dos cristãos na consecução da «reconquista».

A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

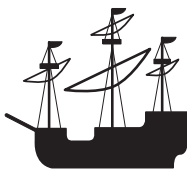
Sobre os pequenos reinos que existiam na Península Ibérica pairou sempre o mito de uma monarquia unida. Foi assim que alguns reis de Leão adoptaram o título de imperador. Como «imperadores», podiam e deviam ter reis por vassallos. E é exactamente essa relação entre «reis» e «imperador» que, no caso de Portugal, constitui explicação suficiente para o seu nascimento como estado autónomo.

Nos finais do século XI, chegaram à Península Ibérica, com o objectivo primordial de combater o infiel e ajudar os príncipes cristãos contra a ameaça almorávida, vários contingentes de cavaleiros franceses. Um deles, Henrique de Borgonha, casou com Teresa, filha bastarda do «imperador» Afonso VI de Leão e Castela. Foi-lhe dado (1096) todo o território a sul do Minho, na forma de feudo, à maneira francesa. Ao seu suserano, o conde D. Henrique ficava ligado pelos habituais laços de vassalagem.

À morte de Afonso VI (1109), sua filha Urraca herdou a coroa. O seu casamento com o rei de Aragão inaugurou um estado de guerra civil quase constante. Nobres aragoneses, leoneses, castelhanos e galegos lutaram entre si durante anos a fio. Muito habilmente, o conde D. Henrique nunca se comprometeu de todo com qualquer dos partidos, preferindo o lado sucessivamente vencedor e mantendo liberdade de acção, bem próxima

NOTA BIOGRÁFICA

A.H. de Oliveira Marques (1933-2007) nasceu em São Pedro do Estoril. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Depois de um estágio na Universidade de Würzburg, na Alemanha, iniciou funções docentes em 1957, na FLUL, onde se doutorou em História em 1960. Em 1965, partiu para os EUA, leccionando como professor associado e catedrático nas universidades de Auburn, Florida, Columbia, Minnesota e Chicago. Em 1970, regressou definitivamente a Portugal. Foi director da Biblioteca Nacional de Lisboa (1974-1976), tornou-se professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa (1976), presidiu à Comissão Instaladora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da mesma Universidade (1977-1980) e também ao seu Conselho Científico (1981-1986). Em 1997, recebeu o doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de La Trobe, Melbourne, Austrália, e em 1988 foi condecorado pelo presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. É autor de uma obra historiográfica de mais de 60 volumes, sendo considerado um dos grandes especialistas em História da Idade Média Portuguesa.



**BREVÍSSIMA
HISTÓRIA
DE PORTUGAL**

foi composto em caracteres HoeflerText
e Clarendon, e impresso pela Guide,
Artes Gráficas, sobre papel Coral
Book de 90 g, em Janeiro
de 2018.